

Indicação de líder empaca a Constituinte

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique (SC), redne-se hoje pela manhã com diversos líderes partidários para iniciar as negociações em torno da composição das comissões da Constituinte. Entretanto, os acordos que o deputado catarinense fechar com os líderes dos outros partidos, ou mesmo com as indicações de peemedebistas para as comissões, ficarão em cheque com a disputa entre ele e o senador Mário Covas (PMDB-SP) pela liderança partidária na Constituinte.

Apesar disso, a data da eleição do líder partidário ainda não está marcada, pois só poderá ser realizada depois da eleição para a Mesa da Constituinte, que também depende ainda da promulgação do regimento interno, igualmente sem data fixada. Mas o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, espera resolver esses problemas rapidamente colocando as comissões em funcionamento em 15 dias.

Sobre a disputa entre Covas e Luis Henrique, o presidente do PMDB e da Constituinte declarou: "Lá vem vocês de novo com essa história. Estou preocupado em ver as comissões". O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), vice-líder na Câmara, disse que só vê dois caminhos a serem adotados por Covas: ou ele desiste ou perde na eleição. Tem duas coisas contra ele: é paulista e senador", destacou. Porém, o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), explicou ter Covas "todas as condições para ser líder, independentemente de ser paulista e senador. Ao defender a eleição do líder do PMDB na Constituinte em reunião de bancada a ser realizada em meados da próxima semana, o senador paulista acentuou que uma disputa acirrada poderia prejudicar as indicações do partido para as comissões, pois passariam a ser levados em conta pelo líder eleito, critérios eleitorais.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), reuniu-se ontem à noite com vários deputados para definir os nomes que irá indicar para os espaços destinados à Frente Liberal na composição das comissões.

O Senado realizou ontem a primeira sessão extraordinária do ano, depois de ter modificado o regimento interno da Casa para adaptar seu funcionamento aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com a modificação introduzida no Regimento, o Senado realizará sessões extraordinárias em horários que não coincidam com os da Constituinte, convocadas pelo presidente, ou por um terço dos senadores. As sessões ordinárias serão realizadas normalmente às segundas-feiras, das 14 e 30 às 18 e 30.

A sessão de ontem do Senado foi destinada à aprovação dos ministros de 1ª classe, Amauri Banhas Porto de Oliveira, para dirigir a embaixada do Brasil em Singapura, e Ronald Leslie Moraes Samal, para ocupar a embaixada brasileira do Irã.



Emenda bíblica

ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
017



Bíblia Sagrada deverá ficar na mesa da Assembleia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quiser fazer uso. Esta a emenda aprovada nos primeiros minutos de ontem pelo plenário da Assembleia. E de autoria do deputado-constituente Antonio de Jesus (PMDB), pastor protestante. Curiosidade: o relator, senador Fernando Henrique Cardoso, agnóstico, afastou-se do microfone e não emitiu parecer sobre a emenda. Quem falou a favor foi o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, garantindo a aprovação.

Depois das palmas, Ulysses Guimarães, tranquilo, perguntou a um assessor: "E onde vou colocar a Bíblia?" Ainda não se sabe a reação dos católicos, dos muçulmanos, dos judeus. O líder do PCB, Roberto Freire, não gostou: a Constituinte é uma Assembleia ecumênica.

O mesmo pastor, embora muito aplaudido, não teve êxito com outra emenda, proibindo fumar no plenário. "Não fumo, detesto cigarro, mas o plenário é democrático. Não podemos cercar os fumantes" — foi o parecer do relator Fernando Henrique Cardoso contra a emenda.

Posse de governadores esvazia os trabalhos

Depois da votação do seu regimento interno, a Constituinte começou ontem o recesso da posse, que se prolongará até terça-feira ou quarta-feira. A maioria dos constituintes — do PMDB — deixou Brasília rumo aos estados, para as solenidades de posse dos novos governadores.

Todos sabiam que ontem, hoje e amanhã não haverá votação.

A redação final do regimento interno deverá estar concluída segunda ou terça-feira, quando deverá ser votada. Aprovado, haverá a promulgação do regimento interno. Somente depois disso haverá eleição dos demais membros da Mesa Diretora — dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes de secretários.

Enquanto o regimento interno não for promulgado e composta a Mesa Diretora, não poderão ser indicados os membros das comissões e subcomissões da Assembleia Constituinte. Pelas previsões, somente em abril as comissões devem estar trabalhando.

Candidatos

Mesmo assim, estão aparecendo os candidatos aos diversos lugares. Para a Mesa Diretora os mais cotados a primeiro vice-presidente são o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) — o preferido de Ulysses Guimarães, e o deputado Humberto Souto (PFL-MG). O preterido deve ser o segundo vice-presidente. Também deverá pleitear uma vice-presidência da Mesa da Constituinte o deputado Aloisio Chaves (PFL-PA).

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) seria o mais forte à primeira secretaria, mas há outros postulantes, entre os quais o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Para a 2ª e 3ª secretarias seriam indicados os deputados Jorge Arbage (PDS-PA) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Considerado um dos três postos de importância na Assembleia Constituinte — depois do presidente e do líder do PMDB —, para a função de relator-geral da Comissão de Sistematização há quatro nomes em cogitação: Pimenta da Veiga (MG), Bernardo Cabral (AM), Nelson Jobim (RJ) e Fernando Henrique Cardoso (SP). Cabral foi presidente nacional da OAB e Jobim da seccional gaúcha da entidade. Fernando Henrique é o líder do PMDB no Senado e Pimenta da Veiga exerceu por dois anos o cargo de líder do PMDB e do governo na Câmara.

Tudo indica que as preferências de Ulysses seriam para Pimenta da Veiga, Fernando Henrique, Bernardo Cabral e Nelson Jobim nesta ordem.

O presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que com a aprovação do Regimento Interno da Constituinte, o próximo passo será a eleição dos demais membros da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte, provavelmente na próxima semana, e posteriormente a formação das oito comissões incumbidas de elaborar o projeto de Constituição e também da Comissão de Sistematização.

"Voz do Brasil" vai ao ar com novo nome

Com a aprovação do Regimento Interno da Constituinte, na última terça-feira, que requisita o uso diário de 20 minutos do tempo das televisões e rádios e a transformação do programa "Voz do Brasil" em "Voz da Constituinte", com 30 minutos de edição, a Assembleia Nacional Constituinte contará com 50 minutos diários do tempo das rádios e televisões do país para divulgação de seus trabalhos.

A Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas do Senado e a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara — ADIRP, assessoradas pela Radiobrás e EBN, conforme determinação do Regimento Interno da Constituinte, serão responsáveis pela confecção do registro cronológico radiofônico para o programa "Voz da Constituinte", e pela edição de 4 programas, de cinco minutos cada um, sendo dois para rádio e dois para TV. Para o trabalho, Câmara e Senado contam com dois estúdios de rádios e uma equipe de cerca de 30 técnicos de Comunicação, entre retadores, locutores e fotógrafos.

O diretor da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado, Manoel Vilela, informou já ter entrado em contato com a ABERT — Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão para a escolha, de comum acordo, de horários que prejudiquem o mínimo possível a programação normal das emissoras. De acordo com o Regimento aprovado pela Constituinte, os dois programas de rádio deverão ser transmitidos entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas. Já para TV o horário determinado foi entre 12 e 14 horas para o primeiro programa e entre 19 e 22 horas para o segundo.

Segundo Vilela a principal determinação do Regimento da Constituinte é de que se faça no Congresso um

arquivo de som e imagem dos trabalhos da Constituinte. "Essa é a nossa principal tarefa, fazer uma memória de sons e imagens da Assembleia Constituinte", ressaltou.

Adirp

O Senado só conta, nos seus quadros, com dois retadores na Secretaria de Divulgação e Relações Públicas. Todo o esforço que vem sendo feito para a divulgação dos trabalhos da Câmara e do Senado está sobre a responsabilidade da ADIRP, na Câmara, que tem entre 25 e 30 técnicos de Comunicação. Alfredo Obliziner, diretor da ADIRP, disse que o boletim diário produzido em sua assessoria deverá ser transformado numa espécie de "Boletim da Constituinte", a exemplo do que será feito com a "Voz do Brasil" e que o trabalho só aumentará com a produção diária dos 4 programas para rádio e TV.

"Nós só não temos condições de arcar com a produção dos dois programas de TV, pois o Congresso não dispõe do equipamento necessário e nem de técnicos especializados", garantiu Obliziner, o que deverá ser feito pela Radiobrás que montará uma ilha de edição nas galerias do Plenário da Câmara, onde funciona a Assembleia.

O Secretário-Geral da Câmara, Paulo Afonso, disse que terá uma reunião na próxima semana com os presidentes da Radiobrás e da EBN e com os diretores da Secretaria de Divulgação do Senado e da ADIRP para definir como serão feitos os programas. Ele também vê dificuldades na produção dos programas de TV, já que o Congresso não está equipado para o trabalho, o que talvez torne necessário a requisição de profissionais das duas empresas estatais para integrar-se às equipes da Câmara e do Senado.

PMDB-DF define em que comissão atuar

Dispostos a participar dos debates sobre a realização de eleições diretas para a escolha do governador e criação de uma Assembleia Legislativa local, os quatro deputados peemedebistas do Distrito Federal foram unânimes quanto à Comissão da Constituinte que eles desejam integrar. Todos querem fazer parte de uma das subcomissões da Comissão II (intitulada da Organização do Estado), mais especificamente da subcomissão "A", que tratará de assuntos relativos à União, Distrito Federal e Territórios.

A preferência dos peemedebistas foi manifestada durante reunião realizada ontem de manhã, no gabinete do coordenador da bancada, Sigmaringa Seixas, e é vista como "natural" pelo deputado Geraldo Campos, "pois a ampliação da autonomia do DF é um compromisso de todos os parlamentares eleitos por Brasília e será exatamente na subcomissão "A" da Comissão II que a eleição direta para governador e

criação de uma Assembleia Legislativa será discutida".

O próprio Geraldo Campos, no entanto, reconhece que será impossível que os quatro deputados (Márcia Kubitschek e Francisco Carneiro, além dele e Sigmaringa Seixas) façam parte da subcomissão "A". Ele, por exemplo, se não conseguir, tentará integrar a subcomissão "A" da Comissão VII (intitulada da Ordem Social), que vai tratar dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos.

A vontade de Geraldo Campos de participar da subcomissão "A" da Comissão VII é justificável: afinal, ele fez campanha defendendo os servidores públicos e, na Constituinte, não medirá esforços, conforme frisa, para ver incluídas na nova Carta reivindicações da categoria, como o direito à sindicalização, isonomia, quanto à função exercida para os Três Poderes e aposentadoria aos 30 anos de serviço.

Fotos: Arquivo



Presidência da Comissão do DF ficará com Pompeu ou Meira

Um dos dois senadores eleitos pelo PMDB-DF em novembro passado, Meira Filho ou Pompeu de Souza, deverá ser indicado para presidir a Comissão do Distrito Federal no Senado, que teve a sua instalação assegurada terça-feira, durante a votação do projeto de resolução que alterou o funcionamento daquela Casa, ao longo dos trabalhos da Constituinte.

A informação sobre o nome a ser indicado para presidir a comissão foi prestada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Ele acrescentou que estão sendo realizados entendimentos para que se chegue a um acordo quanto à escolha do futuro presidente da comissão, e foi taxativo ao afirmar que o PMDB não abre mão do cargo.

Na primeira sessão do Senado, realizada segunda-feira à noite, os senadores cometeram um lapso, esquecendo de decidir pela instalação da Comissão do DF. O problema, porém, foi resolvido terça-feira, quando da votação do projeto de resolução, em que se confirmou, também, a instalação das comissões permanentes diretora e de Fiscalização e Controle.

Já no início das suas atividades, o Senado abriu uma "brecha", ainda, para que sejam criadas comissões especiais e Parlamentares de Inquérito (CPI's). Por isso, o senador

Maurício Correa (PDT-DF) acredita que "a evidência dos fatos acabará levando a Casa a optar pelo funcionamento de todas as suas comissões".

Maurício Correa admitiu que, enquanto senador mais votado do Distrito Federal, sente-se no direito de reivindicar a presidência da Comissão. Mas está certo de que dificilmente será o escolhido, pelo fato do PMDB ser o partido majoritário no Senado.

A Comissão do DF no Senado é composta por 11 senadores, cujos nomes são indicados pelas lideranças dos partidos naquela Casa. Suas atribuições estão estipuladas no Artigo 105 do Regimento Interno do Senado, que determina, entre outros itens, que a comissão compete, privativamente, opinar sobre "as proposições legislativas pertinentes ao DF".

Cabe à comissão, também, emitir opinião sobre a escolha do governador do DF (feita pelo presidente da República) e dos conselheiros do Tribunal de Contas local, de acordo com o que determina o inciso III do Artigo 42 da atual Constituição de empréstimos, operações ou acordos externos (com o oferecimento do respectivo projeto de resolução) são outros itens sobre os quais a comissão opina.